

OS PROJETOS POLÍTICOS PEDAGÓGICOS DOS CURSOS DE AGRONOMIA NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL

Tatiana Lagemann Dettmer  0000-0003-4388-2018

Instituto Federal do Mato Grosso do Sul

Dr. Nardel Luiz Soares da Silva  0000-0001-6760-1044

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

RESUMO: Fazer um levantamento dos cursos de Agronomia das Universidades públicas e privadas do Estado do Paraná – BR, analisando seus Projetos Políticos Pedagógicos - PPP acerca de como abordam a temática do desenvolvimento rural sustentável em seus currículos, quais disciplinas estão incumbidas de tal tarefa é o que trata este estudo. Com o levantamento foram identificadas 220 instituições de ensino superior no Estado do Paraná – BR, e, 12% destas ofertam o curso de Agronomia, o próximo passo foi identificar aqueles em que a documentação referente ao mesmo estavam disponíveis nos sites e páginas das universidades especificamente e reconhecer na grade curricular quais disciplinas que atuam diretamente na abordagem do desenvolvimento rural sustentável. Neste sentido, três disciplinas se destacaram: a Sociologia Rural, Gestão Ambiental e Extensão Rural. Com as Diretrizes Curriculares Nacionais a partir de 2006 as universidades passaram a ter mais autonomia na formulação de seus cursos, a flexibilização curricular por exemplo deu as universidades possibilidade de caracterizarem de fato seus cursos.

PALAVRAS-CHAVE: Projeto Político Pedagógico; Agronomia; Desenvolvimento Rural Sustentável.

PEDAGOGICAL POLICIES IN AGRONOMY COURSES FOR SUSTAINABLE RURAL DEVELOPMENT

ABSTRACT: Surveying Agronomy courses at public and private universities in Paraná - BR, this study analyzes their Political Pedagogical Projects (PPP) and how they address sustainable rural development in their curricula, identifying the subjects responsible for this approach. The survey found 220 higher education institutions in Paraná, 12% of which offer Agronomy. The next step was identifying those with available documents on their websites and noting in their curricula the subjects related to sustainable rural development. Three subjects stood out: Rural Sociology, Environmental Management, and Rural Extension. Since the National Curricular Guidelines of 2006, universities have gained more autonomy in structuring courses; curricular flexibility, for example, let them shape their own programs.

PALAVRAS-CHAVE: Political Pedagogical Project; Agronomy; Sustainable Rural Development.



1 INTRODUÇÃO

Na busca pelo desenvolvimento econômico e social, a agricultura é a primeira das artes, no entanto ao mesmo tempo em que se registram grandes avanços na agricultura brasileira, registram-se ocorrências desafiadoras não apenas ao processo produtivo, mas também na inserção destas propriedades em mercados que se voltem para uma produção de qualidade em todas as suas dimensões (Confea *et al.*, 2010). Agregar conhecimentos que permitam um desenvolvimento rural de forma sustentável, incorporando habilidades e competências no processo de formação, é imprescindível para inclusão destas propriedades e para o desenvolvimento da agricultura (Confea, 2010).

Segundo Cruz (2003), a moderna teoria econômica, assim como o bom senso, mostra que somente a capacidade de criar e trabalhar com o conhecimento pode garantir desenvolvimento sustentável. Por isso, educar as pessoas, para que sejam capazes de trabalhar com o conhecimento, é fundamental para uma nação. Não somente para criar conhecimento em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), mas também para usar, transformar e aplicar conhecimento são necessários profissionais qualificados e capazes de aprender continuamente.

Neste sentido, a educação, em nível superior, tem papel fundamental. Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) na década de 90 fica claro que o ensino superior deve ser capaz de mudar a realidade da nação através da formação, participando ativamente do crescimento e desenvolvimento do país quando determina entre outros, que as instituições superiores tenham como finalidade: estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;



estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta, uma relação de reciprocidade (LDB, 2020).

Entende-se que ao analisar os PPP's dos cursos de Agronomia, das diferentes Universidades, possamos encontrar um contexto em que a preparação profissional não se detenha apenas em conhecimentos técnicos, mas também que os direcionem ao desenvolvimento rural sustentável.

2 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

A forma mais frequente de tratar desenvolvimento é, sem dúvida, como sinônimo de crescimento econômico. Foi a partir da década de 60 que surgiu a necessidade de distinguir desenvolvimento de crescimento econômico, pois as poucas nações desenvolvidas eram as que se haviam tornado ricas pela industrialização (Veiga, 2010).

A partir da década de 1970, a reflexão sobre o tema desenvolvimento, provoca o crescimento da consciência sobre os problemas ambientais gerados pelos padrões de vida incompatíveis com o processo de regeneração do meio ambiente e vai levar ao aparecimento do conceito de desenvolvimento sustentável (Bellen, 2006).

O debate sobre o tema é acirrado pela conceituação econômica do termo desenvolvimento. Os economistas veem surgir a necessidade de elaborar modelos de desenvolvimento que englobem todas as variáveis econômicas e sociais. Sob o prisma econômico, “desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços



por unidade de tempo à disposição de determinada coletividade” (Furtado, 1961, p. 115-116).

De acordo com o relatório de *Bruntdland*, elaborado no encerramento dos trabalhos da Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1987, a ideia de desenvolvimento sustentável está focada na necessidade de promover o desenvolvimento econômico e satisfazer os interesses da geração presente, sem, contudo, comprometer a geração futura. Isto é, tem que atender “às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das novas gerações atenderem às suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991).

O conceito de desenvolvimento sustentável trata-se, especificamente, de uma nova maneira da sociedade se relacionar com seu ambiente de forma a garantir com a sua própria continuidade e a de seu meio externo (Bellen, 2006).

O desenvolvimento da indústria e o crescimento dos padrões de consumo tem levado a sociedade a refletir sobre os efeitos do processo de crescimento econômico da sociedade. O desenvolvimento, em qualquer concepção, deve resultar do crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida, ou seja, deve incluir:

as alterações da composição do produto e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia) (Vasconcellos; Garcia, 1998, p. 205).

Dessa forma, o desenvolvimento pode ser entendido como resultado do crescimento, cujo amadurecimento se completa atingindo o crescimento autossustentado, ou seja, capaz de crescer sem fim e de forma contínua (Augustin; Cunha, 2014).



Vários estudiosos estão em busca de conceituar os termos “desenvolvimento” e conseqüentemente “desenvolvimento sustentável”, e todo o envolvimento desses termos na vida social, empresarial e ambiental. A revisão crítica de parte da literatura atual mostra questões básicas a serem discutidas e melhoradas no sentido de superar essas ambigüidades e deficiências, e se dar um conteúdo onde se contemple todos os conceitos (Baroni, 1992, p. 14-24).

A ideologia do desenvolvimento, no período pós-segunda guerra mundial, direcionava para o crescimento econômico, visando o consumo em alta intensidade de recursos naturais não renováveis, como condições únicas e indispensáveis para os países e sociedades vistas como desenvolvidas. Surgem então, nesse processo, problemas bastante conhecidos ao longo do tempo, como a insustentabilidade do modelo econômico convencional de desenvolvimento e isso tem despertando na comunidade científica e na sociedade o interesse em preservar do meio ambiente (Costabeber; Caporal, 2003, p. 157-194).

Altieri e Maser (1997) explicam que a construção de uma agricultura sustentável, relacionada às práticas agrícolas adaptadas climaticamente e culturalmente, de acordo com cada região, não é uma tarefa fácil. Mas isso não quer dizer que seja impossível introduzir novas técnicas e cultivares em um sistema de produção, mas é fundamental que se faça a partir do domínio e do conhecimento dos ecossistemas existentes (Brandenburg, 1999).

Sachs (1993) afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável apresenta cinco dimensões: sustentabilidades econômica, social, ecológica, geográfica e cultural. A sustentabilidade econômica abrange alocação e distribuição eficientes dos recursos naturais dentro de uma escala apropriada. A sustentabilidade social refere-se a um processo de desenvolvimento que leva



a um crescimento estável com distribuição equitativa de renda, gerando com isso, a diminuição das atuais diferenças entre os diversos níveis na sociedade e a melhoria das condições de vida das populações. Já a sustentabilidade ecológica significa ampliar a capacidade do planeta pela utilização do potencial encontrado nos diversos ecossistemas, ao mesmo tempo em que se mantém a sua deterioração em um nível mínimo. E, a sustentabilidade geográfica pode ser alcançada por meio de uma melhor distribuição dos assentamentos humanos e das atividades econômicas. Por fim, a mais difícil de ser concretizada é a sustentabilidade cultural, que está relacionada com o caminho da modernização sem o rompimento da identidade cultural dentro de contextos espaciais específicos.

3 ENSINO SUPERIOR – DEFINIÇÕES A PARTIR DA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

A maioria dos autores que analisa a proposta de educação para sustentabilidade, concorda que ela surgiu como a tentativa de superar alguns problemas apresentados pela educação ambiental. Essa experiência já tem sido praticada nas escolas de diversos países da União Europeia, como a Itália, a Espanha, a Inglaterra, a Irlanda, a Alemanha, o País de Gales, a Holanda e a Polônia entre outros (Tilbury, 1996, Sauv , 1997; Sterling, 2001).

Muitas foram as mudanças e as conquistas com rela ao ao desenvolvimento da educa ao. Estas mudanças são vistas, não como resultado de um fen meno novo no contexto educacional, mas como consequência de novas ideias que estimulam uma transforma ao em toda sociedade. Desta forma, mudanças e, conseqüentemente, inova oes não



podem ser negligenciadas pelas Instituições de Ensino Superior (Fiates *et al.*, 2012). Para responder à complexidade da sociedade contemporânea, o desafio da educação superior é inovar no seu modelo pedagógico justamente em relação aos princípios éticos, à responsabilidade social e à sustentabilidade das organizações e conseqüentemente das nações, inserindo nos projetos pedagógicos uma visão de mundo mais global (UNESCO, 2000).

O desafio das instituições de ensino superior está em ter uma proposta pedagógica que atenda não apenas a legislação vigente, mas também que forme profissionais com habilidades e competências para atuarem de forma que haja um equilíbrio entre os pilares do desenvolvimento sustentável (CMMAD, 1991).

Para Mazza *et al.*, (2011, p. 8) “cabe às instituições de ensino a tarefa de protagonizar o desenvolvimento de projetos de educação e de gestão ambiental, como um meio viável para uma formação profissional consistente”.

As novas diretrizes curriculares da Engenharia Agrônômica estão em vigor desde 2006, e o Ministério da Educação tem estimulado as universidades a implantarem as inovações dessas diretrizes (Confea, 2010). Em relação específica a Engenharia Agrônômica,

o curso deverá estabelecer ações pedagógicas com base no desenvolvimento de condutas e de atitudes com responsabilidade técnica e social, tendo como princípios: o respeito à fauna e à flora; a conservação e recuperação da qualidade do solo, do ar e da água; o uso tecnológico racional, integrado e sustentável do ambiente; o emprego de raciocínio reflexivo, crítico e criativo; e o atendimento às expectativas humanas e sociais no exercício das atividades profissionais¹ (Brasil, 2007).

¹ Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (BRASIL, 2007).



De acordo com Almeida e Kautzmann (2012), Universidade e Empresa são partes de um mesmo sistema com a incumbência de produzir bens e conhecimento, onde uma promove o crescimento da outra. Assim, ambas são responsáveis pela constituição de profissionais capacitados para a produção de bens, com qualidade e sustentabilidade econômica e ambiental. Uma possível estratégia para trabalhar a interdisciplinaridade, embasada na pedagogia freireana², seria, segundo Hogan (1995), ecologizar³ as disciplinas. Primeiro abrindo espaços nos currículos para a temática ambiental, depois criando vínculos informais com outras disciplinas, e, finalmente, como meta maior, promovendo a reformulação das disciplinas (Almeida, Kautzmann, 2012).

No contraponto Jickling (1992), crítico de uma “educação para a sustentabilidade”, propõe uma abordagem onde o tema da sustentabilidade seja discutido com os alunos de forma que os permita: conhecer os argumentos favoráveis e os contrários ao discurso, avaliar o conjunto da argumentação e participar deste debate. A questão é de que os alunos não sejam educados para a sustentabilidade, mas capacitados a comparar, debater e julgar por si próprios as diversas posições e aquelas que julgarem mais sensatas. Segundo ele somente dessa forma pode-se dizer que se trata de uma abordagem educacional, pois se perde o sentido educativo quando pretendemos “educar para algo”.

[...] a crise ambiental problematiza os paradigmas estabelecidos do conhecimento e demanda novas metodologias capazes de orientar um processo de reconstrução do saber que permita realizar uma análise integrada da realidade [...]. (Leff, 2002, p. 60).

² Ensinar não significa transferir conhecimentos, mas sim criar as possibilidades para a produção e construção do mesmo (FREIRE, 1996).

³ Conscientizar para a importância dos princípios ecológicos (GEIGER, 2007).



Mostrando a crescente necessidade da preparação dos estudantes e profissionais para enfrentar os desafios impostos por este tema. Tal questão deve, caso ainda não esteja, ser inserida nos diversos níveis educacionais (Leff, 2002).

Com a criação do Ministério da Educação na década de 30, surgiram as primeiras regulamentações do ensino superior. Com a primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei 4024/61 cada modalidade de curso superior deveria ter um currículo mínimo único e obrigatório em todo o país. Mas foi em 1968 com a reforma da LDB que o sistema de créditos foi introduzido fortalecendo desta forma a pós-graduação, porém ainda não convencendo e desencadeando uma ampla discussão que se estendeu entre os anos 80 e 90 dando origem a nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996). Essa lei está em constante renovação. Desde sua promulgação houve inúmeras atualizações, sendo que a última ocorreu em março de 2017 por meio da Lei nº 13.415. As alterações visam à melhoria em nossa educação considerando o contexto em que se encontra a nossa sociedade (Brasil, 2017).

Os cursos de Agronomia não devem apenas atender a esta legislação, mas também às Diretrizes Curriculares Nacionais, através do Parecer CNE/CES nº 306, de 07 de outubro de 2004 e da Resolução CNE/CES nº 01 de 2, de fevereiro de 2006, com objetivo de formar profissionais que possam exercer sua profissão de maneira plena, atendendo a Lei nº 5.194 de 24 de dezembro de 1966 (Brasil, 1966, 2004, 2006).



4 DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA OS CURSOS DE ENGENHARIA AGRÔNOMICA

O Ministério da Educação, a partir da Resolução CNE/CES nº 01 de 2 de fevereiro de 2006, estipula novas diretrizes curriculares para o curso de Engenharia Agrônoma ou Agronomia, fazendo com que as Universidades atualizem e ou readéquem os projetos pedagógicos de seus cursos (Brasil, 2006).

As Diretrizes Curriculares indicam especificamente os componentes curriculares, a organização do curso, o projeto pedagógico, o perfil esperado do formando, competências e habilidades, conteúdos curriculares, estágio curricular supervisionado, atividades complementares, acompanhamento, avaliação e o trabalho de conclusão de curso como componente obrigatório (Fauches, 2015).

Para o curso de Engenharia Agrônoma ou Agronomia, os conteúdos curriculares estão dispostos em três núcleos: o núcleo dos conteúdos básicos, que deve fornecer o embasamento teórico necessário para o desenvolvimento da aprendizagem; o núcleo de conteúdos profissionais, com o propósito de caracterizar a identidade do profissional e, por fim, o núcleo de conteúdos profissionais específicos, que permite ao profissional atender as peculiaridades locais e regionais, bem como caracterizar o projeto institucional, dando-lhe identidade própria. As novas diretrizes buscam formar profissionais com perfil voltado para o desenvolvimento rural (Brasil, 2006).



No entanto, as Diretrizes trazem alterações no que dizem respeito ao diploma, o qual não mais gera direito automático de exercer a profissão. As universidades apenas fornecem o diploma de Bacharel em Agronomia, cabendo ao Sistema Confea/Crea conferir-lhe o título de Engenheiro Agrônomo (Confea, 2010).

5 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE UM CURSO DE GRADUAÇÃO

Fundamental no planejamento das instituições, documento onde se registram as metas, objetivos, ideais, como serão alcançados, importante nas esferas pedagógica, financeira e administrativa este é o Projeto Político Pedagógico (PPP). A obrigatoriedade de uma proposta pedagógica está prevista na LDB em seus artigos 12, 13 e 14, é ele que dá identidade à instituição educacional (LDB, 2020).

O PPP é muito mais que uma simples organização de planos de ensino e atividades da escola. Ele é uma ação intencional que deve ser construído e vivenciado de maneira coletiva por todos os membros da comunidade escolar, jamais arquivado ou feito apenas para atender fins burocráticos (Veiga, 1996).

O projeto político-pedagógico é mais do que uma formalidade instituída: é uma reflexão sobre a educação superior, sobre o ensino, a pesquisa e a extensão, a produção e a socialização dos conhecimentos, sobre o aluno e o professor e a prática pedagógica que se realiza na universidade. O projeto político-pedagógico é uma aproximação maior entre o que se institui e o que se transforma em instituinte (Veiga, 2004, p. 25).

Em se tratando de um planejamento, pode-se dizer que o PPP nunca está concluído, ele deve ser constantemente revisto rediscutido, readequado



de modo a ser sempre atual. O que o torna desafiador pela sua complexidade e por ser um instrumento de construção coletiva com efetiva participação da comunidade escolar (Veiga, 1996).

A identidade do curso de graduação e da instituição está refletida no PPP que passa a ser um instrumento de gestão acadêmica articulado com o sistema educacional e com as demandas da sociedade (Rossi, 2004). Heloiza da Silva (2004) destaca que o PPP é um dos documentos utilizado pelo MEC para controlar a qualidade do ensino superior, que através de uma Comissão de Especialistas de Ensino Superior verifica três aspectos fundamentais nos cursos de graduação: a organização didática pedagógica, a infraestrutura e a qualificação do corpo docente.

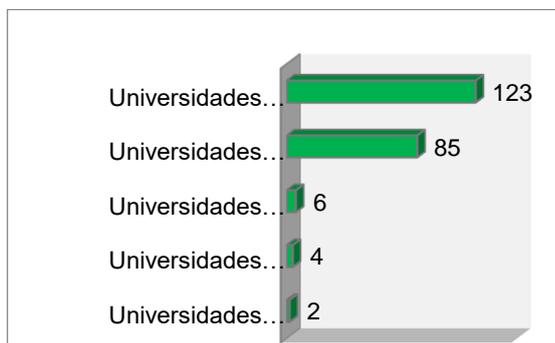
Neste sentido, alguns elementos fundamentais na organização didático-pedagógica devem estar contemplados: o perfil desejado do profissional; os objetivos do curso; competências e habilidades; áreas de estudo; a estrutura curricular; sistemática de avaliação entre outros (Vasconcelos, 2002).

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Atualmente o Estado do Paraná, com base nos dados do site do E-MEC, conta no mês de julho de 2017, com 220 instituições de ensino superior, Figura 1, no entanto, nem todas oferecem o curso superior de Agronomia, Figura 2.

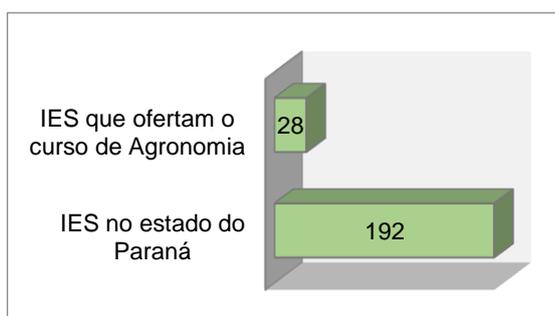


Figura 1: Instituições de Ensino Superior do Estado do Paraná



Fonte: Adaptado pelo autor.

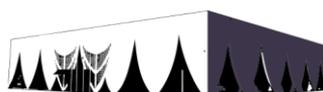
Figura 2: Instituições de ensino superior do Estado do Paraná e a oferta do curso de Agronomia



Fonte: organizado pelo autor com dados do E-MEC (25 jul. 2017).

Ainda segundo os dados do site do E-MEC, com base em um relatório extraído na data de 15 de dezembro de 2015, revelou que no Estado do Paraná existem 35 cursos de Agronomia em andamento em universidades públicas e privadas. No entanto, por algumas ofertarem o curso em municípios diferentes o que se tem são 28 instituições com o curso de Agronomia em andamento.

Com base nesses dados, buscamos uma análise individual de cada instituição. Para iniciar, a pesquisa se deu através dos sites das universidades e páginas dos programas de graduação de Agronomia a fim de obter o PPP do curso para então realizar sua análise de modo a verificar como é desenvolvido



o tema “desenvolvimento rural sustentável” nos cursos de Agronomia. Na falta deste documento, a próxima informação examinada foi a existência do ementário das disciplinas e por fim não havendo nenhum destes dois documentos já citados restou a busca pelo plano de ensino das disciplinas e, assim foi feita a seleção, Quadro 1, das universidades a serem estudadas.

Quadro 1: Universidades possíveis de serem analisadas

Universidade Estadual de Londrina (UEL)
Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO)
Universidade do Norte do Paraná (UNIÃO)
Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU)
Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)
Faculdades Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE)

Fonte: o autor

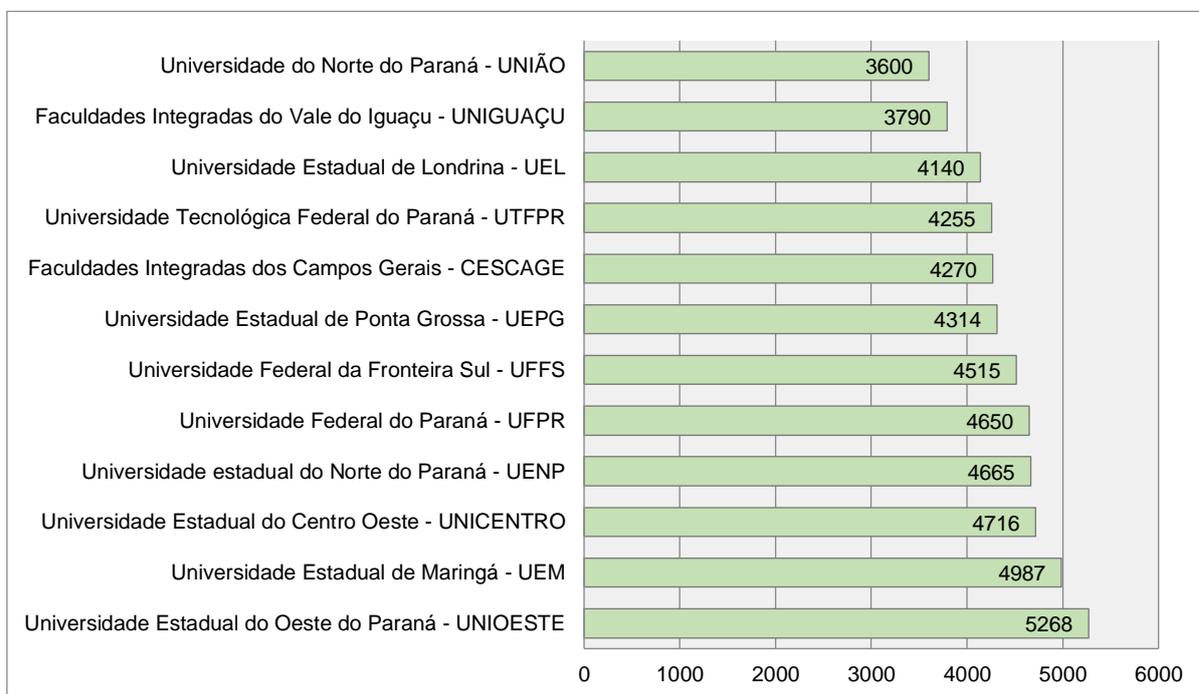
Analisar um curso de graduação exige cuidado e critérios bem definidos para que o que não ocorra nenhuma falha. O primeiro parâmetro a ser observado é a carga horária do curso de Agronomia, que segundo a Resolução CNE/CES nº 02 de 18 de junho de 2007, deve ser, no mínimo de 3600 horas (Brasil, 2007).

Neste sentido, o que chama atenção, é que a maior carga horária do curso de agronomia se dá em universidades públicas e, a Universidade



Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) é a que apresenta a maior carga horária, conforme pode ser observada na Figura 3.

Figura 3: Universidades e carga horária do curso de Agronomia



Fonte: organizado pelo autor.

Para analisar os cursos de Agronomia das Universidades elencadas no Quadro 01, consideramos a Resolução CNE/CES nº 01 de 2 de fevereiro de 2006 em seu Art. 7º distribuímos os conteúdos curriculares em três núcleos, o núcleo de conteúdos básicos, o núcleo dos conteúdos profissionais essenciais e o núcleo de conteúdos profissionais específicos (Brasil, 2006).

É no núcleo dos conteúdos profissionais essenciais, se considerarmos apenas por análise de “nome” as disciplinas de Extensão e Sociologia Rural; Política e Desenvolvimento Rural, Manejo e Gestão Ambiental as que podem ser as responsáveis nos PPP para abordar com o estudante a importância e



necessidade de em sua profissão na realização e sugestão de práticas considerar o desenvolvimento rural de forma sustentável tanto econômica, social e ambiental. Adotando este critério, no Quadro 2, podem-se observar as universidades e as disciplinas em cada uma que pode vir a desenvolver o tema DRS.

Quadro 2: Universidades e disciplinas relacionadas ao DRS trabalhadas no curso de Agronomia

UNIVERSIDADE	DISCIPLINA
Universidade Estadual de Londrina (UEL)	Planejamento Rural
Universidade Estadual do Paraná (UEM)	Sociologia Rural
	Agroecologia e Sustentabilidade
	Extensão Rural e Desenvolvimento
Universidade Federal do Paraná (UFPR)	Sociologia Rural
	Agroecologia
	Políticas e Desenvolvimento Rural
	Extensão Rural
	Educação e Legislação Ambiental (optativa)
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)	Avaliação de Impacto Ambiental (optativa)
	Sociologia Rural
	Extensão e Desenvolvimento Rural
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)	Planejamento de Propriedades Rurais
	Sociologia Rural e Ambiental
	Legislação e Perícia
	Comunicação e Extensão Rural
	Gestão Ambiental e Manejo de Bacias
	Planejamento, Políticas e Desenvolvimento Rural
	Sociologia Rural



Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)	Extensão e Desenvolvimento Rural
Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO)	Extensão e Desenvolvimento Rural
	Manejo e Gestão Ambiental
Universidade do Norte do Paraná (UNIÃO)	Homem, Cultura e Sociedade
	Ética, Política e Sociedade
	Economia, Política e Administração Rural
Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU)	Sociologia e Desenvolvimento Rural
	Gestão da Qualidade Ambiental
	Administração Rural e Projetos Agrícolas
	Extensão Rural
Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)	Desenvolvimento Agrário
	Comunicação e Extensão Rural
	Manejo e Gestão Ambiental
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)	Meio Ambiente, Economia e Sociedade
	Realidade do Campo Brasileiro
	Economia Rural
	Responsabilidade Socioambiental
	Teoria Cooperativista I
	Extensão Rural
	Correntes da Agricultura (optativa)
Planejamento do Desenvolvimento Regional (optativa)	
Faculdades Integradas dos Campos Gerais (CESCAGE) ⁴	---

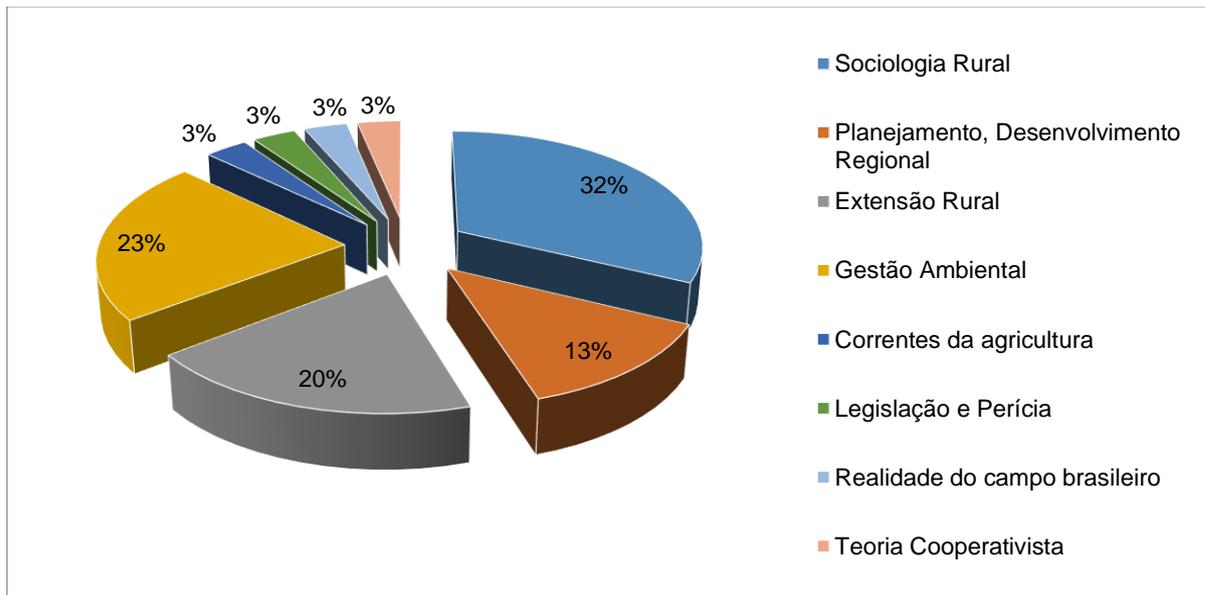
Fonte: o autor.

⁴ O curso de Agronomia da CESCAGE – Faculdades Integradas dos Campos Gerais, possui ementário disponível para análise, no entanto não tem nenhuma disciplina que faça referência ao estudo do desenvolvimento rural sustentável.



A partir desta análise podemos identificar que as universidades, já mencionadas, hipoteticamente, abordam DRS, e, principalmente, a disciplina de Sociologia Rural, presente em 32% das universidades analisadas, conforme é mostrado na Figura 04. Considerada como uma das disciplinas mais envolvida com o estudo da vida moderna, em função de sua orientação cultural e epistemológica (Giddens, 1991) talvez, nesta disciplina, os cursos de Agronomia estejam incentivando o estudo da temática DRS. Somente quando entendermos a sociedade como sujeitos transformadores e construtores de nossa própria história, é que poderemos agir de maneira sustentável, seja com pequenas ações ou no desenvolvimento de grandes projetos.

Figura 4: Disciplinas presentes nos PPP analisados que se referem ao DRS



Fonte: elaborado pelo autor.

Sendo considerada a principal disciplina responsável pela abordagem ao desenvolvimento rural sustentável pelas universidades, convém olharmos



mais a fundo seu ementário, que embora a disciplina seja a mesma em sua identificação, isso não ocorre nas ementas apresentadas conforme o Quadro 3.

Quadro 3: Ementário da disciplina de Sociologia Rural nas Universidades estudadas no curso de Agronomia

UNIVERSIDADES	SOCIOLOGIA RURAL
Estadual de Maringá - UEM	Estudo sociológico das formas de produção no campo, abordando as mudanças nas relações de trabalho e no meio ambiente provocadas pelo processo de industrialização no Brasil.
Federal do Paraná - UFPR	A ciência e a contribuição da sociologia; Objeto da sociologia rural, contexto histórico e principais abordagens; Histórico da questão agrária, agrícola e social no Brasil; O estado e as políticas para a agricultura do ponto de vista social; Movimentos e organizações sociais e perspectivas para o campo; Agricultura familiar; Introdução às novas ruralidades e a reconstrução dos espaços rurais.
Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR	A sociologia no âmbito das ciências sociais. Categorias fundamentais da sociologia. A pesquisa em ciências sociais. Ciência, tecnologia e humanismo. Mudança tecnológica, relações de trabalho e meio ambiente. Abordagens da sociologia rural. A questão agrária clássica e o desenvolvimento agropecuário. A questão agrária brasileira. Instituições sociais e políticas no meio rural. Movimentos sociais.
Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE	Sociologia Rural e Ambiental na realidade brasileira. Agricultura familiar, ruralidades, ambiente e sociedade. Teoria social, meio ambiente e transição agroecológica. Grupos sociais, cooperativismo e associativismo. Biossegurança e desenvolvimento sustentável.
Estadual de Ponta Grossa UEPG	O capitalismo e o surgimento da Sociologia como ciência. O objeto da Sociologia na interpretação de Durkheim, Weber, Marx. Organização Social: consenso e conflito. O homem, a natureza, a



Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

	sociedade e a cultura. A ordem econômica da sociedade, Estado, política e reforma agrária no Brasil.
Integradas do Vale do Iguaçu - UNIGUAÇU	O que é Sociologia. Cultura e Sociedade. Mundo em Mudanças. Interação social e vida cotidiana. Classe, estratificação e desigualdade. Organizações modernas: agricultura familiar, movimentos sociais no campo e reforma agrária. Trabalho e vida econômica: relação campo-cidade, complexo industrial e pobreza rural. Impactos sociais da modernização da agricultura. Crescimento populacional e crise ecológica. Métodos de pesquisa sociológica.

Fonte: adaptado pelo autor de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia das Universidades.

Para a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) deve-se olhar com atenção, pois esta instituição possui pós-graduação em nível de mestrado e doutorado na área de Desenvolvimento Rural Sustentável. E, em sua grade curricular o desenvolvimento rural sustentável pode estar presente em outras quatro disciplinas além de sociologia rural como verificado no Quadro 4.

Quadro 4: Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) – Disciplina x Ementa

DISCIPLINA	EMENTA
Legislação e perícia	Noções de Legislação Agrária; Código de Águas; Código Florestal; Lei do Uso do Solo; Legislação de Produtos Orgânicos; Legislação de Agrotóxicos; Legislação Profissional do Engenheiro Agrônomo e Receituário Agrônomo. Perícia Agrônoma
Comunicação e Extensão Rural	Histórico, conceitos e metodologias em extensão rural. Comunicação rural, ação comunicativa, metodologias participativas, ecopedagogia. Políticas públicas e desenvolvimento rural sustentável. Extensão rural agroecológica e educação ambiental.
Gestão Ambiental e Manejo de Bacias	Gestão, manejo e conservação de recursos naturais renováveis. Tratamento de resíduos orgânicos e águas residuárias no meio rural. Recuperação de áreas degradadas. Gestão ambiental em bacias e microbacias hidrográficas. Estudos e relatórios de impactos ambientais.



Planejamento, Políticas e Desenvolvimento Rural	Planos, programas e projetos de desenvolvimento rural. Diagnóstico socioeconômico e ambiental de propriedades rurais. Análise da viabilidade técnica, econômica e ambiental de projetos agropecuários. Elaboração de planos e projetos parcial e integral de propriedades rurais. Política agrícola. Desenvolvimento Rural. Logística.
-------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: adaptado pelo autor de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta pesquisa foi conhecer os Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de Agronomia e sua adequação aos princípios de sustentabilidade. Verificou-se que no estado do Paraná existem 220 instituições de ensino superior, destas, 12% ofertam o curso de Agronomia, totalizando 3.834 vagas.

Os desafios a serem enfrentados por estas universidades, públicas e privadas, é o de proporcionar aos seus egressos, seja dos cursos de Engenharia Agrônoma ou de Agronomia, qualificação técnico-científica, formação ética e responsável, para que esses futuros profissionais possam exercer sua profissão e atender aos interesses da população e promovendo o desenvolvimento agrário e das comunidades rurais quanto a exploração econômica da terra, das plantas e animais.

Assim, com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) a partir de 2006 as universidades tiveram o prazo de dois anos para adequarem seus Projetos Políticos Pedagógicos para os estudantes ingressantes e opção de adequação das DCN aos demais estudantes.

As instituições de ensino superior passaram a ter mais autonomia, como a flexibilização curricular, podendo, desta forma, organizar seu Projeto Político Pedagógico (PPP) de acordo com a demanda local/regional. Também



uma nova leitura em relação ao processo de formação deste estudante, de forma contínua, autônoma, permanente com intuito de preparar este profissional a superar desafios diante das rápidas transformações sociais e tecnológicas.

Embora o PPP seja um documento de grande importância, um referencial para a realização de um curso, que deveria ser de fácil acesso, não foi possível encontra-lo na íntegra em todas as universidades pesquisadas.

Com a autonomia das universidades, advinda da DCN, trouxe um grande desafio e responsabilidade ao inserir o desenvolvimento rural sustentável no currículo dos cursos de Agronomia. Ao fazer o resgate das disciplinas, com o propósito de atuar neste tema, nos deparamos com um PPP frágil. Observado nos documentos analisados nos quais a responsabilidade é atribuída apenas à disciplina de Sociologia Rural e, mais timidamente às disciplinas de Gestão Ambiental e Extensão Rural.

Se faz necessária uma reflexão acerca de todas as disciplinas do curso de Agronomia sobre a importância de aliar sua especificidade na contribuição para o desenvolvimento rural sustentável, elencando dessa forma práticas possíveis e bibliografias mínimas, a fim de tornar visível a abordagem do desenvolvimento rural sustentável contribuindo com a formação integral do acadêmico do curso de Agronomia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. C. T.; KAUTZMANN, R. M. A educação ambiental (EA) na universidade e na empresa. **Revista de Ciências Ambientais**, Canoas, v. 6, n. 1, p. 117-136, 2012.



ALTIERI, M.; MASERA, O. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA, J. NAVARRO, Z. (Org.). **Reconstruindo a agricultura**: ideias e ideais na perspectiva desenvolvimento sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p. 72-105.

AUGUSTIN, S.; CUNHA B. P. **Sustentabilidade ambiental** [recurso eletrônico]: estudos jurídicos e sociais / org. Belinda Pereira da Cunha, Sérgio Augustin - Dados Eletrônicos, Caxias do Sul, RS: Educus, 2014.

BARONI, M. Ambiguidades e deficiências do conceito de desenvolvimento sustentável. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 14-24, 1992.

BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar**: ONGs e desenvolvimento sustentável. Curitiba: Editora UFPR, 1999.

BRASIL. **Lei n° 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n° 5.452, de 1° de maio de 1943, e o Decreto-Lei n° 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n° 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF, 16 fev. 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>. Acesso em: abr. 2017.

BRASIL. **Lei n° 5.194, de 24 de dezembro de 1966**. Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5194.htm. Acesso em: 06 mar. 2017.

BRASIL. **Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em:



http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: mar. 2017.

BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 101/2007, de 19 de abril de 2007**. Que consulta sobre a oferta de disciplinas isoladas pelas instituições de ensino superior e a normatização do art. 50 da LDB. Brasília, DF, 19 abr. 2007. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces101_07.pdf. Acesso em: 09 mar. 2017.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 1/2006, de 15 de maio de 2006**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Agrônoma ou Agronomia e dá outras providências. Brasília, DF, 15 maio 1996. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces01_06.pdf. Acesso em: 02 mar. 2017.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 2/2007, de 18 de junho de 2007**. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Brasília, DF, 18 jun. 2007. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf. Acesso em: 03 mar. 2017.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso futuro comum**. 2. ed. Trad. *Our common future*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1991.

CONSELHO FEDERAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA (CONFEA). **Trajetória e estado da arte da formação em Engenharia, Arquitetura e Agronomia**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2010. (Engenharia Agrônoma, v. 11)

COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. **Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável: agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Editora da UFSM; Pallotti, 2003. p. 157-194.

CRUZ, C. H. B. **A expansão do ensino superior no Brasil**. 18 fev. 2003. Disponível em: <http://www.bv.fapesp.br/namidia/noticia/15000/expansao-ensino-superior-brasil/>. Acesso em: 19 ago. 2017.



FAUCHES, Celso da Costa. **DCNs: Comentários, anotações, resoluções e pareceres** [Recurso eletrônico]/Celso da Costa Fauches – 1. ed. – Brasília: IEAL, 2015.

FIATES, G. G. S. et al. Os princípios instituídos pela organização das nações unidas para uma educação responsável em gestão: uma proposta inovadora para o ensino de administração. **Revista eletrônica Estratégia & Negócios**, Florianópolis, v.5, n.1, p. 3-27, jan./abr. 2012.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

HOGAN, D. J. **Considerações sobre interdisciplinaridade**. Campinas: Unicamp, 1995.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). **Produto interno bruto**. 2017. Disponível em: http://www.ipardes.pr.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=88. Acesso em: jun. 2017.

JICKLING, B. Why I don't want my children to be educated for sustainable development. **The Journal of Environmental Education**, Washington DC, v. 23, n. 4, p. 5-8, 1992.

LDB : **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. – 4. ed. – Brasília, DF : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. 59 p.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MAZZA, I. et al. Importância percebida e intenções de envolvimento com a gestão social e a ambiental: uma análise comparativa junto a estudantes de curso de administração. **Contextus - Revista Contemporânea de Economia e Gestão**, v. 9, n. 2, p. 7-22, jul./dez. 2011.

ROSSI, Vera Lúcia. **Gestão do Projeto Político Pedagógico**. Entre corações e mentes. São Paulo. Editora Moderna, 2004.



SACHS, I. As cinco dimensões do ecodesenvolvimento. In: **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SAUVÉ, L. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável: uma análise complexa. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 6, n. 10, p. 72-103, jul./dez. 1997.

SILVA, H. H. M. S. Subsídios para a elaboração do Projeto político pedagógico. In: ALMEIDA, M. D. (Org.) **Projeto Político Pedagógico**. 2. ed. Natal, RN: EDUFRN, 2004, 46 p. Disponível em: <https://sistemas.ufrn.br/shared/verArquivo?idArquivo=1412105&key=a7e2bfa2f68d0b4a820eeabb59cd1f6d>. Acesso em: 20 abr. 2016.

STERLING, S. **Sustainable education**: re-visioning learning and change. Bristol, UK: Green Books, 2001.

TILBURY, D. Environmental education for sustainability in Europe: philosophy into practice. **Environmental Education and Information**, Salford, UK, v. 16, n. 2, p. 123-140, 1996.

UNESCO. Fórum Mundial de Educação. **Cadre d'áction de Dakar**: l'éducation pour tous tenir nos engagements collectifs. 2000. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001211/121147f.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Projeto de Ensino – Aprendizagem e projeto Político Pedagógico**. São Paulo. Liberdade, 2002.

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção possível. 2. ed. Campinas: Papirus, 1996.

VEIGA, I. P. A. **Educação básica e educação superior**: projeto político pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 2004.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

Recebido em: 17-12-2018

Aceito em: 23-04-2025

